

## **RESUMO**

### **Reunião de negociação suplementar com Governo**

#### ***Proposta de Lei n.º 12/XIII que Aprova o Orçamento do Estado para 2016***

*A reunião iniciou-se pelas 11h10*

A SEAEP sublinhou que estamos perante uma semana muito exigente e que esta reunião está fora da agenda antes marcada.

A FCSAP mantém as suas propostas relativas aos aumentos salariais e de subsídios, designadamente de almoço.

A FCSAP sublinhou que a lei dá o direito à negociação suplementar e dado as propostas da PRC 2016 sobre matérias orçamentais se mantêm, esta reunião é imprescindível.

Após a informação de que os duodécimos se iriam manter e que o subsídio de natal será pago na totalidade se for essa a opção dos trabalhadores o que colocará a evidência das reduções salariais e é fundamental o descongelamento das progressões.

A SEAEP admitiu que em sede de negociação é, de facto, fundamental a reunião com os sindicatos, embora seja um processo paralelo à Assembleia da República, não sendo esta a única sede e, por esse motivo há dinâmicas próprias que esta sede não acompanha. Discorda que tenha existido um afastamento ao que foi informado aos sindicatos sobre o subsídio de natal, apesar das várias versões das propostas apresentadas sobre o tema.

Sendo um ano de transição, espera-se que futuramente se estabilizem os direitos, sabendo que se fossem retirados os duodécimos haveria uma quebra salarial forte com repercussões e do ponto de vista da despesa pública, controla-se melhor com duodécimos. Sobre esta questão, a explicação do novo regime não é clara e é necessária a proposta concreta para que a FCSAP se possa pronunciar.

Sobre os descontos para a ADSE, informou a SEAEP não existe margem para negociação. A FCSAP afirma que em 5 reuniões nenhuma proposta da FCSAP foi aceite. Representando trabalhadores, apresentando propostas e obtendo sempre a mesma resposta negativa, é muito difícil qualquer negociação, principalmente considerando que continua a existir dinheiro para bancos, PPP's, etc. Naturalmente a FCSAP valoriza os acordos parlamentares entre os quatro partidos e as medidas que têm sido possíveis até hoje, mas é necessário que se tenha em conta a situação real dos trabalhadores que, por força das políticas do Governo anterior, estão em situações verdadeiramente difíceis.

Quanto ao Orçamento do Estado e à matéria pecuniária, a negociação colectiva é primordial e tem que ser levada em conta para o processo parlamentar. Sobre matéria salarial e pecuniária, a negociação é com os sindicatos e o processo de audição na Assembleia da República não corresponde a qualquer direito de negociação mas de participação.

A SEAEP referiu que relativamente ao Orçamento foram definidas prioridades antes da sua discussão o que condicionou toda a discussão neste momento (CES, reversão dos cortes, etc) pelo que as reuniões se seguirão com matérias de regime, em que se assumirão compromissos de discussão de questões que não pressuponham repercussões remuneratórias, nomeadamente sobre a qualidade de emprego público.

A FCSAP sublinha que o rendimento dos trabalhadores é a condição substancial da sua própria existência. Existem cerca de 300 mil trabalhadores da AP com salários inferiores a 1500 euros e que não terão qualquer alteração. E quando se fala de contenção de despesas, a mesma não é igual em todas as matérias. Por exemplo: estudos, pareceres e consultorias – aumentam, relativamente ao Governo anterior 26%, totalizando mais de 90 milhões de euros, contratando empresas privadas ao mesmo tempo que se despedem pessoas e congelam salários.

Em tudo o que é externalização de serviços, em 2015 estavam orçamentados 1467 milhões de euros e para este ano 1449 milhões de euros, logo, a contenção não é igual e continua a incidir sobre os trabalhadores.

A SEAEP informou, sobre os contratos com sociedades de advogados, a pretensão é a valorização dos trabalhadores da Administração Pública, devolvendo o brio que foi retirado aos trabalhadores, valorizando-se a AP. A intenção não é de reestruturação dos serviços mas de aperfeiçoamento, sendo que uma das propostas é dotar as Secretarias-Gerais de auditorias jurídicas.

Foi ainda apresentada uma proposta de mobilidade dos enfermeiros, designadamente para os Hospitais EPE, sem necessidade de concurso público (uma vez que actualmente tal é obrigatório), medida que poderia ser bastante favorável para a melhoria da saúde.

Referiu-se ainda a inexistência de auditorias às PPP's e o aumento orçamental para as transferências para os hospitais EPE e tal não é compreensível, o investimento é prioritário no SNS. Relativamente à questão da ADSE e do aumento dos beneficiários, os hospitais privados afirmaram que tal representaria um ganho para estes de 80 milhões de euros, e como tal não se percebe, sendo as quotizações dinheiro dos trabalhadores, a rejeição da proposta de diminuição.

Propôs-se ainda a reposição do pagamento na totalidade das «horas penosas» aos enfermeiros. Informou-se ainda que, contrariamente ao que foi informado e assumido pelo Governo, de aplicação das 35 horas independentemente do vínculo, nos hospitais apenas estão a ser levantadas questões sobre os trabalhadores apenas com contrato de trabalho em funções públicas. A FCSAP referiu que ainda aguarda as informações que a SEAEP se comprometeu a enviar e ainda não respondeu à contraproposta negocial.

A SEAEP referiu, novamente, que em termos orçamentais que não há margem para mais propostas. Sobre a questão da enfermagem, remeteu para a sua revisão integral junto do Ministério da Saúde.

Sobre o ponto de situação, relativamente ao acordo de princípios: o que está em causa é um plano de trabalho e não um acordo de negociação. É um plano de acção para vários processos negociais. Assim, à partida, seria de pensar que não estaria sujeito a tanta resistência por parte da FCSAP, sendo que os outros sindicatos assinaram.

A agenda resulta, pois, daquilo que o Governo entendeu prioritário. E, sendo um acordo de trabalho, a SEAEP entende que não deve ser assinado um documento diferente. Repõe então um documento

renomeado de «Compromisso para a negociação», existindo abertura para mais matérias, que poderão ser abordadas mas não necessariamente negociadas, com um calendário menos rígido.

Não haverá necessidade de referir a fase orçamental, relativamente às outras questões está de acordo e entende que pode ser junto como adenda onde constarão as questões metodológicas. Não pode é ter planos diferentes.

A FCSAP sublinha que se o Governo faz propostas, assume-se que queira negociar e, assim sendo, a FCSAP nada tem a ver com o que outras estruturas sindicais assinam ou não. O espírito da FCSAP é propor e alterar, não vem apenas discutir o que está mal e depois os acordos surgirão se esse for o rumo. O Protocolo Negocial propôs-se porque não existem conversas informais, mas negociações e o protocolo não obriga a acordos. Mas há procedimentos e matérias de regime que a FCSAP não abdica e não anda a reboque de outras estruturas sindicais e tem toda a legitimidade para propor os temas que entende que devem ser negociados. Assim, entende-se que as questões orçamentais podem ser retiradas do protocolo (uma vez que já foram discutidas). Quanto ao calendário, o mesmo deve ser flexível e marcado consoante as necessidades. Quanto às matérias, as indicadas são as prioridades são as que a FCSAP apresentou. Se o Governo entende que não quer assinar, tudo bem, mas a FCSAP vai apresentar propostas na mesma.

A SEAEP acredita que em Abril já será possível discutir a matéria da requalificação e a FCSAP informou que mais de 50 mil professores e mais de 3400 trabalhadores não docentes estão em perigo de serem despedidos, os trabalhadores da cultura e património também, entre outros e esta é uma matéria absolutamente prioritária. Irá então analisar a contraproposta e depois responderá.

*A reunião terminou pelas 12h30*

**Pela FCSAP**